

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

# CADERNO **C** COLUNISTAS

**O SUL**  
O JORNAL DA REDE PAMPA.

## LEONARDO LAMACHIA: “PORTO ALEGRE SE TRANSFORMARÁ NA CAPITAL NACIONAL DA ADVOCACIA E DO DIREITO”



**FLAVIO PEREIRA**

Ao anunciar oficialmente a 5ª edição da Cidade da Advocacia 2026, consolidada como o maior evento jurídico gratuito do Brasil, o encontro – que ocorrerá de 4 a 8 de agosto no Cais Embarcadero –, o presidente da Ordem gaúcha, Leonardo Lamachia, saudou o caráter inovador da proposta. A Cidade da Advocacia 2026 chega à sua quinta edição com foco em empreendedorismo, inteligência artificial e sustentabilidade da carreira, transformando a capital gaúcha no epicentro do debate jurídico nacional. Leonardo Lamachia destacou o caráter revolucionário do projeto iniciado em 2022. “Em agosto, Porto Alegre se transformará na capital nacional da advocacia e do Direito. Iniciamos esse projeto, que é uma verdadeira revolução na forma de fazer evento e na conexão da OAB do Rio Grande do Sul com os colegas, saltando de 5 mil inscritos na estreia para 28 mil no ano passado. Agora, nossa meta é alcançar 40 mil inscritos. É um evento absolutamente gratuito que comunica conhecimento, networking e a reafirmação do orgulho de exercermos a nossa nobre profissão”, apontou.

### Flávio Bolsonaro anuncia que vai representar criminalmente contra fala insana de Lula

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) anunciou que irá representar contra o presidente Lula no STF por ameaça e incitação ao crime. A medida ocorre após uma fala de Lula sobre Tiradentes. Nessa terça-feira, em Goiás, Lula, em declaração insana, desta vez em Catalão (GO), defendeu enforçar os filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O petista chamou Flávio e Eduardo Bolsonaro de “vendilhões da pátria” e “traidores” e disse que traidores merecem ser enforcados.

### Revista Veja diz que inquérito policial “pode abalar a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul”

A revista Veja publicou reportagem à qual teve acesso ao inquérito tratando de uma disputa familiar envolvendo a ex-deputada estadual e pré-candidata ao governo do Rio Grande do Sul, Juliana Brizola.

Na reportagem, sob o título “A briga de família que pode abalar a disputa eleitoral no Rio Grande do Sul”, Veja menciona que “candidata é indiciada em inquérito após um tio acusá-la de desviar dinheiro que pertencia à avó – o que ela nega”.

O texto informa que Juliana foi indiciada pela Polícia Civil por “apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou rendimento da pessoa idosa, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade”. A investigação apura a administração dos recursos financeiros de sua avó, Dóris Daudt, mãe do jornalista Alfredo Daudt Junior, que morreu aos 98 anos.

De acordo com a reportagem, nos autos do inquérito policial, a denúncia aponta movimentações financeiras superiores a R\$ 1 milhão e a contratação de empréstimos em nome da idosa. Conforme a reportagem da Veja, o denunciante Alfredo Daudt Junior garante que sua mãe, Dóris, sofria de demência por corpos de Lewy e, por essa razão, não teria condições de gerir o próprio patrimônio.

A defesa da ex-deputada Juliana Brizola nega qualquer irregularidade e afirma que os recursos foram utilizados em benefício da própria idosa. Para os advogados de Juliana, as acusações fazem parte de uma disputa familiar relacionada à herança. Estes fatos, agora retratados pela revista Veja, foram reiterados por Alfredo Daudt Junior ao jornalista Flavio Pereira, em matéria anterior publicada por esta coluna.

### TRT decide que acusação sem prova de assédio no trabalho gera responsabilidade de associação

A 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), ao julgar o Processo 0020447-97.2024.5.04.0012, decidiu que denúncias de assédio moral sem lastro probatório ou apuração administrativa “são violação à honra, à imagem e à dignidade pessoal do denunciado. Tal exposição indevida causa dano moral presumido, sem necessidade de comprovação de sofrimento psíquico”.

Com a decisão, a turma manteve a obrigação de um sindicato e de uma associação hospitalar de Porto Alegre de indenizarem em R\$ 50 mil uma nutricionista que foi acusada de assédio moral pelas entidades. As agremiações fizeram publicações, enviaram e-mails e colaram cartazes exposto a profissional. O juízo de primeiro grau fixou a indenização em R\$ 50 mil. As organizações entraram com recurso, mas o pedido foi negado em decisão monocrática do desembargador Marcelo José Ferlin D. Ambroso.

Julgando agravo regimental sobre a competência de julgamento da Justiça do Trabalho, a 8ª Turma diz que a autora sofreu os prejuízos durante a sua atividade profissional e que o dano reclamado tem origem inequívoca na relação de trabalho. Dessa forma, o caso não deve ser julgado na Justiça comum.

### Amcham emite nota sobre o relatório da investigação da Seção 301 envolvendo o Brasil

A propósito do relatório do Governo dos EUA sobre as práticas comerciais do Brasil, tema tratado nesta coluna, a Amcham, maior entidade multissetorial do país e a maior Câmara Americana de Comércio fora dos Estados Unidos, encaminhou ao jornalista Flavio Pereira a seguinte nota:

“O relatório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), publicado em 1º de junho no âmbito da investigação da Seção 301 envolvendo práticas comerciais do Brasil, recomenda, em caráter preliminar, a aplicação de tarifas adicionais de 25% sobre determinados produtos brasileiros. Caso confirmadas, essas medidas aumentarão custos, reduzirão a competitividade e criarão obstáculos ao comércio e aos investimentos bilaterais.

Ao mesmo tempo, o relatório reconhece os avanços do diálogo entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, intensificado nas últimas semanas após o encontro entre os presidentes dos dois países em 7 de maio, e sinaliza interesse na continuidade das negociações até a decisão final prevista para 15 de julho. Trata-se de uma janela concreta para a busca de soluções que possam evitar ou revisar as medidas tarifárias propostas.

“O relatório não é final e reforça que ainda há tempo para evitar a adoção de novas tarifas. O setor empresarial espera que os dois governos intensifiquem seus esforços nas próximas semanas e alcancem uma solução que enderece as questões em discussão, preservando as condições necessárias para a evolução do comércio e dos investimentos nos dois países”, afirma Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil.

A Amcham acompanha também a expectativa de divulgação, nos próximos dias, do relatório de outra investigação conduzida pelos Estados Unidos sob a Seção 301, relacionada a importações de produtos elaborados com trabalho forçado, que poderá resultar em tarifas adicionais para cerca de 60 países, incluindo o Brasil.”

\* Flavio Pereira (Instagram: @flaviorrpereira)